

GEPOLÍTICA DA AMÉRICA LATINA: a busca boliviana pelo acesso ao mar na ótica de Halford Mackinder

Eder Ludovico de Matos¹

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar o conflito territorial entre Chile e Bolívia a partir da teoria do poder continental de Halford Mackinder. A Bolívia, um dos dois países sem litoral da América Latina, perdeu sua saída soberana ao oceano em 1879 na Guerra do Pacífico. Durante a guerra, Bolívia e Peru formaram uma aliança contra o Chile, que iniciou uma expansão territorial invadindo a fronteira boliviana. Em consequência, o Peru perdeu parte de seu território para o Chile, sendo que a Bolívia perdeu a região de Antofagasta, sua única saída para o oceano. A proposta deste trabalho trata-se de uma revisão do pensamento de Mackinder, geopolítico britânico, que estudou a possível supremacia de um poder continental centrado na eurásia com potencial para o domínio do mundo. Ao analisar a história da Guerra do Pacífico, a história e a geografia dos países envolvidos, e discutir a teoria do poder continental, pretende-se levantar maiores subsídios para a compreensão do conflito histórico-geográfico entre Bolívia e Chile.

Palavras-chave: Guerra do Pacífico. Bolívia. Chile. Halford Mackinder. Heartland.

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando em Ciências Sociais (Relações Internacionais e Desenvolvimento) pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, Campus de Marília.

Há muito tempo notou-se que existe uma oposição entre terra e mar: Atenas, típico poder marítimo da Antiguidade, e Esparta, essencialmente terrestre. Roma, pura potência terrestre, transformou-se em um império em combate contra a potência marítima e comercial de Cartago. Veneza também já foi considerada um símbolo de domínio marítimo sobre o Adriático, o mar Egeu e o leste do mediterrâneo, até a conquista turca em 1500 (SCHMIT, 2008).

Vários fatores podem ser atribuídos à vocação continental ou marítima dos povos: localização, atividade comercial, população, extensão territorial, e, até mesmo, influências do sistema político, democrático ou despótico (LIPSON, 1964; COSTA, 2010). Para Mahan, a influência da extensão do território sobre o poder marítimo não é uma questão importante. O mais importante seria a extensão da costa e as características dos portos. Ainda assim, esses fatores são inúteis se não houver no território uma população ligada à atividade marítima, em grande número e bem distribuída (COSTA, 2010).

Há a opção por adotar a base teórica da geopolítica clássica, cuja definição de pode ser encontrada na obra *O Estado como manifestação da vida* (1916) de Kjéllen, criador do termo “geopolítica”, onde a “geopolítica é a ciência que concebe o Estado como organismo geográfico ou como um fenômeno no espaço” (KJÉLLEN, 1916 apud MAGNOLI, 1991, p. 12).

Kjellén possuía uma concepção conservadora e expansionista do Estado, que era composto, segundo Carvalho (2003, p. 24), “sob cinco aspectos: i) território; ii) povo; iii) economia; iv) sociedade; v) governo. A geopolítica teria a responsabilidade de estudar o primeiro desses aspectos”.

Entretanto, utilizaremos principalmente, a visão geográfica que Mackinder possuía do mundo para auxiliar na compreensão das realidades existentes hoje na Bolívia. Estamos nos referindo principalmente à concepção histórico-geográfica do autor britânico, a qual indica que a geografia tenha condicionado fortemente a história da humanidade.

Segundo Mackinder, certos países, com uma larga frente oceânica, desenvolviam uma vocação marítima, enquanto países mediterrâneos levavam ao desenvolvimento de uma vocação territorial e expansionista. A análise histórica baseada no primado geográfico mostrou que, se o poder continental possuísse simultaneamente uma sólida base terrestre e uma frente oceânica, poderia também transformar-se em poder marítimo. Ao contrário, raramente os poderes marítimos conseguiriam desenvolver um poder continental a partir de sua posição insular (MELLO, 1999).

O conflito entre os poderes marítimo e terrestre estava justamente nesse atrito. Enquanto o poder terrestre aspirava a uma saída para o oceano a fim de se tornar um poder anfíbio, o poder marítimo o empurrava para o centro do continente, mantendo o domínio sobre os mares e as regiões costeiras.

Mackinder, no artigo “O pivô geográfico da história” (1904), apresentou uma visão inovadora ao tentar mudar a visão eurocêntrica dominante na época. Na concepção do autor, o globo consistia em um sistema político fechado, cujo centro seria uma grande massa terrestre, região que corresponde à Europa, Ásia e África (MELO, 1999).

Modificou também a concepção histórica da Europa, a qual, segundo Mackinder, teria sido subordinada à história asiática, descrevendo sua concepção histórico-geográfica. A causalidade geográfica mackinderiana baseia-se no condicionamento exercido pelas realidades geográficas sobre os processos históricos:

De esta forma los pueblos establecidos en Europa se hallaban encerrados entre dos presiones: la de los nómadas asiáticos desde el este y la de los piratas marítimos desde los otros tres puntos cardinales. Por su propia nomenclatura, ninguna de las dos presiones era agobiante y ambas, en consecuencia, representaron su estímulo (MACKINDER [1904], 1977, p. 235).

Mello (1999) adotou como elementos ordenadores do pensamento geopolítico de Mackinder a visão compreensiva do mundo como sistema político fechado, o postulado pela supremacia entre o poder marítimo e o poder terrestre e a ideia de história universal baseada na causalidade geográfica.

A teoria do poder terrestre de Halford Mackinder, explanada em seu famoso artigo de 1904 e que adotaremos neste trabalho foi desenvolvida a partir do conflito entre

uma plataforma continental e outra marítima, Rússia e Inglaterra respectivamente. Esta dualidade, que aplicaremos agora no caso Bolívia versus Chile, foi marcante no pensamento geopolítico do século XX, que, para Mackinder, marcou definitivamente o fim da Era Colombiana, caracterizada pela navegação e marcada pelos descobrimentos geográficos:

podemos estabelecer un contraste entre la época colombina y la precedente, estableciendo como característica esencial de la primera la expansión de Europa, contra uma resistência casi despreciable, mientras que la cristindad medieval estaba acorralada em uma pequena región y se hallaba amenazada por la barbárie externa. De aqui em adelante, em la era postcolombina, nuevamente nos hallaremos com um sistema político cerrado y, lo que no tiene menos importancia, la esfera de acción del mismo será el mundo entero (MACKINDER [1904], 1977, p. 422).

O conflito entre Bolívia e Chile² iniciou-se em 1878, quando foi aprovada pelo Congresso boliviano a cobrança³ de impostos para exportação de minérios, o que fez com que o governo chileno ocupasse a região portuária de Antofagasta, na época pertencente à Bolívia, a fim de barrar as pretensões fiscais bolivianas na região. A superioridade tecnológica da Marinha chilena deu ao país o domínio marítimo da região, fato decisivo no decorrer da guerra, já que o cenário do conflito, o deserto do Atacama, extremamente árido, de difícil acesso por terra e o terreno acidentado dos países conflitantes, possuindo perigosas cordilheiras e vastos planaltos pouco habitados e escassos meios de transporte que dificultavam o avanço das tropas, o domínio do mar era essencial para a locomoção e o abastecimento dos soldados durante as operações terrestres (TAUNAY, [1925]).

2

¹ O Peru também participou do conflito em uma Aliança boliviano-peruana contra o Chile. Os tratados de defesa entre Bolívia e Peru foram assinados devido à necessidade do governo peruano de proteger as salitreiras de Tarapacá do avanço Chile (BASADRE, 1948).

3

¹ O decreto de 11 de Fevereiro de 1878 do Congresso Boliviano feria o tratado anteriormente assinado, no qual o país não cobraria nenhum tipo de imposto por 25 anos. Pelo decreto, o imposto a ser cobrado seria de “dez centavos por quintal (58,328 quilos) de salitre exportado em Antofagasta” (SEBBEN, 2010, p. 35).

Se, estrategicamente, a Bolívia não estava preparada para vencer a guerra, a extensa geografia do país tão pouco a favoreceu. O governo demorou muito para mobilizar o exército, - devido às festas de carnaval, o presidente não anunciou publicamente a ocupação chilena dos portos bolivianos – e, quando o fez, os soldados enfrentaram todas as dificuldades possíveis para atravessar as cadeias de montanhas e os extensos sertões que separam La Paz do litoral.

O exército chileno atravessou o paralelo 23º, que dividia o árido deserto do Atacama pelos dois países, e em 23 de março 1879 enfrentou os poucos soldados bolivianos isolados no litoral. Esta foi a única batalha direta por terra entre chilenos e bolivianos. Em poucos dias, quatro navios da armada chilena ocuparam os portos de Cobija e Tocopilla, estendendo sua dominação por toda a costa, até a fronteira com o Peru (BASASDRE, 1948).

Somente em 20 de outubro de 1904, foi assinado por Bolívia e Chile o “Tratado de Paz e Amizade⁴”, o que finalmente colocou fim no estado de guerra entre os países. O acordo consagrou o domínio absoluto e perpétuo do Chile nos territórios ocupados, o que significou a renúncia pela Bolívia de uma saída para o mar. O tratado contava com uma série de cláusulas que tentavam de certa forma reparar a carência de uma saída marítima (BELLO CODESIDO, 1919 apud EYZAGUIRRE, 1963).

Para a Bolívia, a recuperação da faixa costeira é uma questão nacional, sendo vários problemas internos atribuídos à falta de uma saída marítima soberana. Sob o ponto

4

- ¹ O Tratado de Paz e Amizade, assinado por Bolívia e Chile, ainda encontra-se vigente e, estabelece:
- a) o mais amplo e livre transito comercial pelo território do Chile;
 - b) a construção pelo Chile de uma ferrovia desde o porto de Arica até a cidade de La Paz;
 - c) o pagamento pelo Chile de obrigações que incidiria sobre a Bolívia por garantias de até 5% sobre os capitais destinados a construção das seguintes ferrovias: Uyuni a Potosi; Oruro a La Paz; Oruro, por Cochabamba, a Santa Cruz; La Paz à região de Beni; e Potosi, por Sucre e Lagunillas, a Santa Cruz;
 - d) o cancelamento pelo Chile de créditos concedidos pela Bolívia por indenizações de obrigações que afetavam o litoral por ela renunciado;
 - e) O pagamento pelo Chile de 300.000 libras em dinheiro.

de vista de Mackinder, segundo o qual o desenvolvimento europeu foi consequência da pressão sofrida pelas regiões vizinhas, o caso boliviano representa o seu oposto, a pressão sofrida pela Bolívia, que mantém a sua mediterraneidade, não estimulou o progresso econômico da nação. Entretanto, conforme é lembrado por Wasserman (2004) preservou o padrão tradicional da comunidade indígena, seus costumes, idioma e visão de mundo.

Dessa forma, este trabalho propõe-se a analisar o pleito boliviano pelo acesso a um porto no Pacífico a partir de uma visão da geopolítica clássica: a visão de história pelo primado geográfico de Halford Mackinder e suas relações com sua teoria do poder terrestre. Faremos uma forte comparação entre os conceitos do geopolítico britânico, como o conceito de *heartland*, com o caso latino-americano.

Geograficamente, o *heartland* descrito por Mackinder corresponde ao núcleo do território euro-asiático, e coincide quase totalmente com as fronteiras russas do início do século XIX:

Para nuestro presente objeto es suficientemente exacto decir que el territorio de la U.R.S.S. es equivalente al Heartland excepto en una dirección. Con el objeto de demarcar esta excepción - y no pequeña - tracemos una línea de unas 5.500 millas de largo en dirección oeste desde el estrecho de Bering hasta Rumania. A tres mil millas del estrecho de Bering dicha línea cruza el río Yenisei, que corre hacia el norte desde los bordes de Mongolia hasta el océano Artico. Al este del Yenisei yace un país generalmente arrugado con montañas, valles y masetas, cubierto case de extremo a extremo con bosques de coníferas [...] (MACKINDER, 1944, p. 182).

Representa uma região inacessível ao poder marítimo, já que seus rios desembocam nos mares interiores da Eurásia, e suas extensas planícies ofereciam condições ideais para os povos nômades (MELLO, 1999).

Localizado no centro da América do Sul, o território boliviano é o espaço de encontro das regiões Amazônica, Andina e Platina, rico em recursos, características muito próximas ao do *heartland* euroasiático de Mackinder:

This Charcas Heartland, compact, centrally located, rich in resources, temperate in climate, immune from maritime attack, and dominating the headwaters of the continent's two major rivers systems – the Amazon and La Plata – as well as controlling the direct and diagonal

transcontinental routes, fulfils all the classical geopolitical requirements for a pivot area (TAMBS, 1965, p. 34-35 apud HEPPLÉ, 2004, p. 362).

Sobre a formação do Estado, Leslie Lipson (1966, p. 204) afirmou que “[...] o primeiro ponto essencial para qualquer Estado é edificar sua ordem interna e proteger-se contra o perigo externo”. Do ponto de vista de Lipson, a Bolívia⁵ não formava uma unidade interna o que, conseqüentemente, enfraqueceu sua segurança externa, abrindo oportunidade para a invasão chilena.

Apesar de sua contradição interna, a Bolívia chamou a atenção de um grupo de geógrafos – CASTRO, 2012; HEPPLÉ, 2012; MAGNOLI, 1991; PFRIMER, 2011 - que enxergaram nela certa relação com *heartland* euroasiático de Halford Mackinder. Para esse grupo de autores, a Bolívia não só deixaria de ser vista como um absurdo geográfico, como também passaria a exercer um papel chave no continente.

A reivindicação boliviana pelo acesso ao mar, perdido para o Chile na Guerra do Pacífico (1879-1884), marcou fortemente a história desse país. Há mais de um século o governo boliviano procura uma saída diplomática para recuperar o território costeiro ocupado pela Armada chilena no decorrer da guerra e até agora os diálogos sobre a recuperação de uma saída soberana da Bolívia para o oceano pacífico não avançaram⁶.

Bolívia e Paraguai são os únicos países da América que não possuem uma saída para o mar – sendo que o Paraguai nunca a teve. A reivindicação boliviana completou 135 anos no dia 23 de Março de 2014, o Dia del Mar celebrado pelos bolivianos pelo aniversário da perda do litoral, data a qual o presidente Evo Morales discursou em La Paz

5

¹ Sua população multiétnica é constituída por índios de várias etnias, mestiços e europeus. Da mesma forma, são considerados 37 os idiomas oficiais do país, embora o espanhol, o aimará e o quíchua sejam os mais comuns. Essas características não contribuíram para a coesão da sociedade boliviana.

6

¹ Recentemente foi encaminhado à Corte Internacional de Justiça de Haia uma queixa contra o Chile acerca do litígio territorial e marítimo entre os países. O Chile, porém, argumenta que o a corte não possui jurisdição sobre acordos bilaterais.

e mais uma vez afirmou que o enclausuramento do Estado limitam suas capacidades de desenvolvimento.

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) divulgou nos últimos anos vários relatórios sobre os “LLDCs - Landlocked Developing Countries” (países em desenvolvimento sem litoral). Um dos dados apresentados foi que as exportações per capita dos LLDCs representaram apenas 23% das exportações de todos os países em desenvolvimento no ano 2000. E que mais 70% dessas exportações são constituídas por produtos minerais, agrícolas ou serviços de turismo e que, em média, os custos de transporte dos LLDCs são 50% maiores que dos países costeiros e que o volume de comércio é 60% menor (NACIONES UNIDAS, 2003).

Wasserman (2004, p. 340) aponta a importância do litoral para o desenvolvimento dos países americanos, “primeiro em função da conquista e colonização e depois devido à Divisão Internacional do Trabalho (DIT)”. Já o padrão de desenvolvimento boliviano esteve aquém em relação aos seus vizinhos:

A ausência de uma saída soberana para o mar ou a falta do "litoral" deixou a Bolívia em segundo plano na DIT ou duplamente dependente; por um lado, os centros hegemônicos do capitalismo e, por outro, os países vizinhos que pudessem prover a comercialização dos seus produtos por via marítima (WASSERMAN, 2004, p. 340).

Dos quinze principais compradores de bens bolivianos, oito não são vizinhos sul americanos – Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Bélgica, China, Suíça, Canadá e Austrália (INSTITUTO..., 2013). A distância entre o país exportador até o país importador é um dos elementos que favorecem o transporte marítimo. E os seus dez principais produtos de exportação são minerais ou agrícolas, ou seja, o volume das exportações é o elemento mais importante para a Bolívia justificar sua demanda por um porto (INSTITUTO..., 2013).

Dentre as modalidades de transporte, rodoviário, ferroviário, hidroviário, dutoviário e aéreo, o desempenho do modal hidroviário é o mais interessante para o comércio internacional de mercadorias volumosas e pesadas, por possuir baixo custo variável e baixo custo de perdas e danos.

Isso aumenta a dependência da Bolívia aos portos conveniados para realizar suas exportações e exige uma estrutura logística eficiente no interior do país, assim como portos adequados para receber bens bolivianos e reexportá-los. Segundo Alvarado (2004), a ausência de acesso ao mar gera para a Bolívia um gasto adicional de 10% do PIB ao ano.

Por outro lado, a Guerra do Pacífico e a consequente perda territorial boliviana atingiram fortemente o orgulho nacional do seu povo, que, ao invés de unir, acabou criando ainda mais barreiras para sua integração nacional.

Hoje, a Bolívia procura multilateralmente uma solução para o litígio, pois o diálogo bilateral não avançou nesses mais de cem anos. O problema agora pode ser maior ainda, uma vez que a Bolívia emergiu nestes últimos anos como uma potência energética, grande exportadora de minérios e hidrocarbonetos. Já tentou uma negociação com o Chile, oferecendo suas riquezas naturais em troca de uma saída para o Pacífico. A população que ainda carrega um grande sentimento anti-chileno, não aceita nenhuma proposta parecida. Gonzalo Sánchez de Lozada, presidente boliviano de 2002 a 2003, foi derrubado a partir de uma reação popular negativa sobre as políticas neoliberais do governo, especialmente sua intenção de vender hidrocarbonetos aos Estados Unidos a partir do Chile.

A Bolívia também mantém uma importante posição em meio à integração energética no continente. Possui grandes reservas de hidrocarbonetos e ferro, além de iniciar a exploração de um componente essencial das baterias, o lítio, que, segundo Sebben (2010, p. 151), “será um dos elementos de sustentáculo em um novo paradigma energético”, em um modelo baseado em energias renováveis “onde entram células fotovoltaicas, energia termosolar, eólica e de biomassa e o uso combinado com supercondutores, semicondutores e nanotecnologia”.

JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema deu-se durante o estudo do meu Trabalho de Conclusão de Curso, sendo que, todavia, pelo limite de tempo não foi possível naquela época uma análise mais profunda do conflito. A proposta agora é fazer um estudo mais detalhado da formação histórica das fronteiras dos países estudados, e justificar a posição estratégica da Bolívia para a América do Sul, com base no pensamento geopolítico clássico:

Who rules Santa Cruz commands Charcas.
Who rules Charcas commands the Heartland.
Who rules the Heartland commands South America (TAMBS apud HEPPLÉ, 2004, p. 359).

É de suma importância estudar um conflito histórico no continente - vale a pena ainda destacar que Bolívia e Chile não mantêm relações diplomáticas desde 1978 -, cuja bibliografia no Brasil é escassa. Pouquíssimos autores brasileiros estudam este tema, e são poucos também os trabalhos sobre geopolítica na área das Relações Internacionais no Brasil.

A obra brasileira mais completa sobre o conflito é de Visconde de Taunay, cuja data é de aproximadamente 1925, ou seja, faltam na bibliografia estudos mais recentes que acompanhem o desenvolvimento do litígio na América Latina, cuja política e economia avançaram desde o início do conflito e, da mesma forma, modificaram-se os discursos acerca do tema.

É também um fato importante de que a questão pendente entre Bolívia e Chile pode ser considerada como um fator de atraso a integração latino americana e gerador de dúvidas acerca da segurança geopolítica na região. Em resolução aprovada pela Organização dos Estados Americanos em 31 de Outubro de 1979, a Assembleia Geral declarou que “é de interesse hemisférico permanente encontrar uma solução equitativa mediante a qual a Bolívia obtenha acesso soberano e útil ao Oceano Pacífico” para “consolidar uma paz estável que estimule o progresso econômico e social na região da América diretamente afetada pelas consequências do enclausuramento da Bolívia” (ORGANIZAÇÃO..., 1979).

A localização do território boliviano é fundamental para qualquer projeto de integração latino americana, já que se situa na intersecção de três grandes unidades

fisiográficas: além de terras platinas, a Bolívia é também cortada pela cordilheira dos Andes e tem parcela considerável de seu território drenado por rios pertencentes à bacia Amazônica (OLIC, 2003), e desta forma, qualquer disputa na região poderá trazer consequências negativas para todos os seus vizinhos, inclusive para o Brasil, que faz fronteira com a Bolívia.

OBJETIVOS

Como objetivos gerais deste trabalho, procuremos analisar o conflito Bolívia-Chile ao longo do tempo, inclusive sua variabilidade durante os sucessivos períodos políticos na região, ou seja, procuraremos estudar a história dos países envolvidos na disputa, principalmente da Bolívia, desde sua independência – ponto de partida para a análise do conflito de fronteiras entre Bolívia e Chile sob o princípio do *uti possidetis*⁷ – até a atualidade, onde analisaremos as relações internacionais dos países envolvidos e a posição dos organismos multilaterais dos quais são integrantes, como por exemplo, OEA, ALADI, UNASUL e ONU.

A história das relações internacionais da Bolívia sempre foi marcada pelo atrito constante com seus vizinhos por disputas territoriais. Sua localização no centro de Estados relativamente mais fortes, a falta de fronteiras naturais e população desintegrada fizeram com que o território boliviano recuasse mais de 50% do seu tamanho original.

Desta forma, os objetivos específicos convergem para o estudo da visão geográfica de Mackinder sobre a influência da geografia na história dos povos, ou seja, os argumentos bolivianos de que seu fraco desenvolvimento seja consequência de sua

7

⁷ Aplicou-se nos novos Estados independentes da América Latina o princípio do *uti possidetis*, uma interpretação do direito Romano, que legitimava a posse pacífica sobre um determinado bem. O princípio do *uti possidetis* levou a interpretação de que teriam direito territorial sobre as terras, aqueles Estados que já exerciam alguma forma de jurisdição sobre o território ocupado (MENEZES, 2010).

condição mediterrânea, bem como, relacionar os países envolvidos com os conceitos geopolíticos clássicos, como por exemplo, *heartland*, *world island* e *great ocean*⁸.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho desenvolver-se-á por meio de pesquisa bibliográfica de livros e revistas especializadas, nacionais e estrangeiros, relatórios de Estado, consulta de renomados *sites* de relações internacionais e defesa, bem como o acompanhamento do noticiário internacional sobre as questões relevantes ao desenvolvimento do trabalho. As ferramentas utilizadas serão a seleção de fontes por meio de fichas de leitura e resenhas entre os autores consultados, além da busca de autores para uma análise mais profunda.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, Julio. Las negociações comerciales de Bolívia com la Unión Europea em el Alca y com Mercosur. In: ARAÚJO, Heloísa Vilhena de (Org). **Os países da comunidade Andina**. Brasília, DF: FUNAG/IPRI, 2004. v. 1, p. 387-415.

BASADRE, Jorge. **Chile, Perú y Bolivia independientes**. Buenos Aires: Salvat, 1948.

CASTRO, Therezinha de. **América do Sul**: vocação geopolítica. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v. 1, n. 38, 1999. Disponível em: <<http://www.esg.br/uploads/2009/03/tcastro1.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. 352 p.

EYZAGUIRRE, Jaime. **Chile y Bolivia**: esquema de um proceso diplomático. 3. ed. Santiago: Zig-Zag, 1963.

¹ Conceitos de Halford Mackinder que caracterizam o mundo como um sistema político fechado, cuja geografia é formada por apenas um grande continente – correspondente à Europa, Ásia e África -, envolto por um oceano.

HEPPLE, Leslie. South American heartland: the Charcas, Latin American geopolitics and global strategies. **The Geographical Journal**, Londres, v. 170, n. 4, p. 359–367, 2004. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.0016-7398.2004.00137.x/pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2012.

INSTITUTO Boliviano de Comércio Exterior. **Bolivia: Exportaciones según países de destino**. 2013. Disponível em: <<http://ibce.org.bo/informacion-estadisticas-bolivia.php#.VCMPLPldW4k>>. Acesso em: 02 set. 2014.

LIPSON, Leslie. Geopolítica: In: LIPSON, Leslie. **A civilização democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966, v. 1, cap. 7, p. 199-245.

MACKINDER, Halford John. El pivote geografico de la história: In: PINOCHET, Augusto Ugarte. **Geopolítica**. Santiago: Andrés Bello, 1977, p. 229-245.

MAGNOLI, Demétrio. **O que é geopolítica**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 74 p.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Edusp, 1999. 225 p.

MENEZES, Wagner. Princípio del Uti Possidetis el Uti Possidetis Iuris in MENEZES, Wagner. **Derecho Internacional en América Latina**. Brasília, DF: FUNAG, 2010, cap. 3: América Latina y principio del derecho internacional, p. 265-268.

NACIONES UNIDAS. Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo. **Problemas y oportunidades en relación con el mejoramiento de los sistemas de tránsito y el desarrollo económico en los países em desarrollo sin litoral y de tránsito**. Nova York, 2003. Disponível em: <<http://archive.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=3633&lang=3>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

OLIC, Nelson Bacic. **Bolivia, um país (quase) sem saídas**. Revista Pangea. 2003. Disponível em: <http://www.clubemundo.com.br/pages/revistapangea/show_news.asp?n=211&ed=4>. Acesso em: 02 set. 2014.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **AG/RES. 426 (IX-O/79): acesso da Bolívia ao oceano Pacífico**. Resolução aprovada pela décima segunda sessão plenária, em 31 de outubro de 1979. Disponível em <<http://scm.oas.org/pdfs/agres/ag03793P01.PDF>>. Acesso em: 24 nov. 2011.

PFRIMER, Matheus Hoffmann. *Heartland* Sul-americano? Dos discursos geopolíticos à territorialização de um novo triângulo estratégico boliviano. **GEOUSP: Espaço e Tempo**. São Paulo, n° 29, p. 131-144, 2011.

SCHMITT, Carl. **Terra e mar**: breve reflexão sobre a história universal. Lisboa: Esfera do Caos, 2008.

SEBBEN, Fernando Dall'Onder. Estado logístico nacional: 1º pilar para a Bolívia reescrever o passado: In: SEBBEN, Fernando Dall'Onder. **Bolívia**: logística nacional e construção do Estado. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, cap. 4, p. 150-154.

TAUNAY, Alfredo D'Escragolle, Visconde de. **A Guerra do Pacífico**: Chile versus Perú e Bolívia. São Paulo: Melhoramentos, [1925].

WASSERMAN, C. Bolívia: História e identidade: uma abordagem sobre cultura e a sociedade contemporânea: In: ARAÚJO, Heloísa Vilhena de (Org). **Os países da comunidade andina**. Brasília, DF: FUNAG/IPRI, 2004. v. 1, p. 317-342.

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

CABRERA TOLEDO, Lester. Chile-Perú: discursos contrapuestos y sus manifestaciones geopolíticas. *Iconos*. **Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 38, p. 95 – 104, set. 2010. Disponível em: <www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=50918282009>. Acesso em: 15 jun 2012.

CARVALHO, Leonardo Arquimimo de (Org.). **Geopolítica e relações internacionais**. Curitiba: Juruá, 2002. 300 p.

DODDS, Klaus & ATKINSON, David (eds.). **Geopolitical traditions - A century of geopolitical thought**. London/New York: Routledge, 2000. (392 p.)

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e trópicos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. (157 p.)

DURAN GIL, Aldo. **Entre la soberanía y la dependencia**: la política exterior boliviana bajo el gobierno de Evo Morales: In: PERCIADO CORONADO, Jaime Antonio (coord.). *Anuario de la integración latinoamericana y caribeña 2008*. Guadalajara: ITESO, 2011, p. 243 – 260.

MEDINA, Cremilda (org.). **Fronteiras latino-americanas - Geopolítica do século XXI**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012. (116 p.)

MONETA, C.J. et al. **Geopolítica y política de poder en el Atlántico Sur**. Buenos Aires: Pleamar, 1983. (238 p.)

MORAES, Marcos Antonio de & FRANCO, Paulo Sergio Silva Franco. **Geopolítica - Uma visão atual**. Campinas, SP: Átomo, 2006. (274 p.)

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernando dos. “Um esboço crítico às concepções geopolíticas clássicas”. In: MIALHE, Jorge Luís (org.). **Direito das relações internacionais: ensaios históricos e jurídicos**. Campinas, SP: Millennium, 2006, p. 361-381.

PINOCHET UGARTE, Augusto. **Geopolítica de Chile**. [México]: El Cid Editor, 1978. (248 p.)

RAMONET, Ignacio. **Geopolítica do caos**. Petrópolis: Vozes, 2001. (155 p.)

STRAUSZ-HUPE, Robert. **Geopolítica - La lucha por el espacio y el poder**. Cidade del Mexico: Hermes, 1945. (303 p.)

TRIAS, Vivian. **Imperialismo y geopolítica en America Latina**. Montevideo: Banda Oriental, 1989. (308 p.)

VICENS VIVES, Jaime. **Tratado general de geopolítica - El factor geografico y el proceso historico**. Barcelona: Vicens-Vives, 1972. (242 p.)

WEIGERT, Hans W. **Geopolítica - Generales y geografos**. México: FCE, 1943. (275 p.)